



O diálogo teológico entre a Igreja Ortodoxa e as Igrejas Ortodoxas Orientais. Desfazer Calcedônia?

Tradução do original em inglês para o espanhol por Francisco José Pino Rodríguez.
Do espanhol para o português por Pe. André Sperandio.

"Depois de muito refletir e considerar o assunto, convenci-me de que estas disputas entre as diferentes igrejas cristãs não constituem questão de verdadeira substância, mas de palavras e terminologias, já que todos confessam que Jesus Cristo é perfeito Deus e perfeito homem, sem fusão, mistura ou confusão de naturezas... Dei-me conta, então, que todas as comunidades cristãs, com suas distintas posições cristológicas, possuem um único terreno comum sem qualquer diferença entre elas".

Esta passagem, escrita na segunda metade do século XIII por Gregório Bar Hebreu, um dos mais importantes mestres da Igreja Siríaca, poderia muito bem descrever a conclusão principal da Comissão Conjunta de Diálogo Teológico entre a Igreja Ortodoxa e as Igrejas Ortodoxas Orientais (ou não-calcedonianas), que começou oficialmente em dezembro de 1985, após duas décadas de consultas teológicas e encontros não oficiais. Para os membros da Comissão, este movimento foi percebido como fruto da “graça reconciliadora do Espírito Santo” entre “as duas famílias de tradição ortodoxa”, mas esta terminologia levanta sérias preocupações entre os setores mais tradicionais da ortodoxia que a consideram uma “capitulação em face aos hereges monofisitas”

e a destruição do Concílio de Calcedônia.

Neste breve ensaio buscaremos demonstrar que isto não é verdade e que a intenção da Comissão e seus participantes não foi a de pôr em causa os ensinamentos do IV Concílio Ecumênico, mas a de esclarecer as diferenças terminológicas que conduziram ao cisma, mostrando que as duas famílias se mantiveram fiéis a mesma fé cristológica. Para tanto, iremos analisar os documentos oficiais e as recomendações pastorais formuladas pela Comissão, bem como as declarações publicadas pelos diferentes Patriarcados, tanto ortodoxos como ortodoxos orientais, antes porém, examinaremos, ainda que brevemente, os quatro primeiros Concílios Ecumênicos.

Os primeiros quatro Concílios Ecumênicos

Os dois primeiros Concílios Ecumênicos (I de Niceia no ano 325 e I de Constantinopla no ano 381) tiveram de fazer frente às heresias que questionavam ou, no mínimo, distorciam o mistério da Santíssima Trindade. A primeira delas foi o arianismo, que sustentava que o filho não é Deus do mesmo modo que o Pai, mas uma criatura (pois que houve um tempo em que Ele não existiu). Esta heresia foi condenada pelo que I Concílio Ecumênico, que usou o termo “consubstancial” (gr. *‘homoousios’*) para descrever a relação entre o Pai e o Filho. Outra heresia antitrinitária foi a do macedonianismo, que negava a divindade do Espírito Santo. Foi condenada no II Concílio Ecumênico. O Credo Niceno-constantinopolitano estabelece a doutrinas três Pessoas divinas na única Divindade.

Os III e IV Concílios Ecumênicos (Éfeso, 431, e Calcedônia, 451) trataram, mais especificamente, das heresias relacionadas com a segunda Pessoa da Trindade. Jesus Cristo é Deus da mesma substância que o Pai e o Espírito Santo; mas, como conciliar isso com o fato de que também era humano?

Nestório, bispo de Constantinopla, negava a plena união em Cristo entre o Verbo Divino e a humanidade e afirmava que Jesus Cristo era um homem puro no qual habitava o Filho do Pai eterno, mas que não era Deus, razão pela qual a Virgem não poderia ser chamada propriamente de Mãe de Deus (*Theotokos*), mas apenas Mãe de Cristo (*Christotokos*). Isto foi condenado pelo III Concílio Ecumênico que reafirmou o conceito de *Theotokos*, o que foi aceito por uma parte da Igreja de Antioquia (a mais oriental) que forma o que se chama hoje a Igreja Assíria do Oriente.

No ano de 448, Eutiques, arquiandrita (abade) de um monastério de Constantinopla foi chamado a se apresentar ante o sínodo local, acusado de ensinar que, sob a união da humanidade e divindade de Jesus Cristo havia apenas uma natureza e que este não era substancial a nós em sua humanidade. O eutiquianismo foi condenado no IV Concílio Ecumênico.

Calcedônia também anatematizou a Dióscoro. A Igreja de Alexandria, considerando que este Concílio havia “traído” a ortodoxia de São Cirilo e

aceitado o nestorianismo, recusou-se a aceitá-lo, o que causou a separação da hoje chamada Igreja Ortodoxa Copta (Igreja Siro-ortodoxa) da Igreja Ortodoxa. A Igreja Apostólica Armênia, que não tinha estado presente neste Concílio, também o rejeitou posteriormente.

Sob muitas destas disputas estava a secular “rivalidade” entre as escolas teológicas de Antioquia e Alexandria. A primeira tendia a pôr ênfase na plena humanidade de Cristo favorecendo uma interpretação literal das Sagradas Escrituras, enquanto que a segunda centrava mais no caráter divino de nosso Senhor Jesus Cristo e nas interpretações alegóricas da Bíblia. O uso de termos diferentes como “*prosopon*”, “*physis*” ou “*ousia*” para referir-se à “*natureza*” contribuía para aumentar a confusão, ademais do nacionalismo semita em face aos dominadores gregos, pode ajudar a explicar a radicalização das posições que bem poderiam ser complementares.

Durante cerca de 100 anos, depois do Concílio de Calcedônia, reinou a confusão e não era clara a posição que acabaria por predominar, já que alguns dos imperadores eram mais simpáticos aos anti-calcedonianos, enquanto que outros seguiam como defensores do Concílio. No ano de 482, sob o Imperador Zenon, redigiu-se um documento (*Henotikon*) que tinha em vista conciliar as duas posições. Constantinopla tinha um patriarca não-calcedoniano (Antimo) entre os anos de 534 e 536. Em Antioquia, o anti-calcedoniano Severo substituiu flaviano no ano 512; este, por sua vez, foi substituído por um candidato calcedoniano no ano 518, conseguindo fugir para o Egito. Em Alexandria, Dióscoro foi deposto e substituído pelo pró-calcedônia Proterius, que nunca teve apoio entre seu rebanho e foi assassinado e substituído pelo anti-calcedoniano Timóteo Eluro (gr. ‘o gato’) no ano 457.

Em Jerusalém, os monges recusaram Juvenal, que havia se submetido a Calcedônia, e chamaram Teodósio para substituí-lo. Quando finalmente os calcedonianos obtiveram apoio dos imperadores, os anti-calcedonianos (já então chamados “monofisitas”) foram perseguidos e instalando-se um clima de clara hostilidade. Quando os muçulmanos conquistaram o *Levante* no século VII, os não-calcedonianos lhes deram as boas-vindas como libertadores da opressão bizantina, tanto política como religiosa. Os calcedonianos, especialmente no Egito, se viram reduzidos a uma pequena minoria helenofóbica.

Da hostilidade ao diálogo: as consultas não oficiais

Partir da segunda década do século XX, representantes das Igrejas Ortodoxa e Ortodoxa Oriental, participaram frequentemente nas iniciativas e encontros ecumênicos, o que deu suscitou um desejo comum de conhecimento mútuo. Isto foi confirmado na Conferência Pan-ortodoxa realizada em Rodes em 1961. Como resultado, em 1964 iniciou-se um novo diálogo com a Universidade de Aarhus (Dinamarca) no contexto da reunião da Comissão Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Durante três dias, quinze teólogos de ambos os lados se reuniram para manter conversações informais,

com frutos surpreendentemente muito positivos: depois de quinze séculos de estranhamento, reconheceu-se que todos professavam a mesma fé ortodoxa da Igreja indivisa. Os mal-entendidos “herdado” do passado começaram a se “dissipar”. A chave deste êxito foi o estudo comum de Calcedônia, à luz da expressão usada por São Cirilo de Alexandria: “*mia physis tou Theou logou sesarkomene*” (uma natureza encarnada do Verbo de Deus). Para eles estava claro que a Igreja Ortodoxa e as Igrejas Ortodoxas Orientais estavam “plenamente de acordo” no dogma cristológico essencial e haviam mantido a mesma verdade, ainda que usando uma terminologia muito diferente para expressá-la.

Tradicionalmente, as Igrejas Ortodoxas Orientais acusavam a Igreja Ortodoxa (sobretudo, o *Tomo de Leão*) de “nestoriana”, e a Igreja Ortodoxa acusava as Igrejas Ortodoxas Orientais de “eutiquianas”. Para eliminar esses obstáculos, os quinze teólogos presentes em Aarhus condenaram firmemente tanto o nestorianismo como o eutiquianismo (ou seja, o monofisismo), declarando que o Concílio de Calcedônia só “poderia ser compreendido no sentido de ter reafirmado as decisões do Concílio de Éfeso, e que é melhor compreendido à luz do subsequente Concílio de Constantinopla (553)”. Este foi um passo gigante para os ortodoxos orientais, que viriam a reconhecer que a terminologia usada em Calcedônia não era herética; mas também para os ortodoxos, que reconheceriam que a terminologia usada em Calcedônia podia ter sido mal compreendida, pelo que era necessário que fosse melhor explicada no II Concílio de Constantinopla. Ambos os lados, portanto, reconheciam que os Concílios não poderiam ser considerados isoladamente e que era necessário estudar os fatores políticos, sociológicos e culturais que elucidam as razões de sua convocação e seus resultados.

Os quinze teólogos sentiram a necessidade imperiosa de prosseguir trabalhando juntos sob a inspiração do Espírito Santo. Sabiam que ainda existiam muitos problemas práticos a resolver, mas que o seu compromisso era transmitir às suas respectivas igrejas as conclusões deste primeiro encontro informal.

O segundo encontro não oficial teve lugar em Bristol (Inglaterra), em 1967, com a bênção das autoridades de ambas as famílias eclesiais. Teólogos que dele participaram encontraram várias novas áreas de acordo:

Em primeiro lugar, a encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo se deu no contexto da salvação da humanidade, por causa do infinito amor de Deus. O que é consubstancial ao Pai em sua divindade se fez consubstancial a nós em nossa humanidade pela sua encarnação. Existe, pois, um vínculo inquebrável entre a cristologia e a soteriologia.

Em segundo lugar, desenvolveu-se a ideia de que as duas famílias de igrejas haviam permanecido fiéis a mesma fé em nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, ainda que se valendo, cada uma, de diferentes terminologias. Mais concretamente, os teólogos observaram que, enquanto os ortodoxos falavam de “duas naturezas, vontades e energias unidas

hipostaticamente no único Senhor Jesus Cristo”, e os ortodoxos orientais de “uma natureza, vontade e energia divino-humana”, as duas partes coincidiam em confessar uma união “sem confusão, mudança, divisão, ou separação” em que a divindade e a humanidade permanecem com todas as suas propriedades e faculdades naturais no único Cristo. Cada Igreja reconhecia, pois, que falar de “duas” não divide nem separa, e que falar de “uma” não mistura nem confunde.

Por outro lado, os participantes desta consulta concordaram em condenar as heresias monoenergista e monotelita, tratadas no III Concílio de Constantinopla (680-681). Expressaram ainda a necessidade de que um grupo de teólogos nomeados oficialmente pelas igrejas formulassem uma declaração conjunta com a fé comum em Jesus Cristo que, não obstante, não tivesse o caráter de Credo. Finalmente, apontaram uma série de questões sensíveis que deviam ser tratadas antes de uma união formal de suas igrejas: os anátemas lançados de ambos os lados, problemas jurisdicionais, a canonização por uma igreja de pessoas condenadas por outra igreja etc.

A terceira rodada de conversações informais foi realizada em Genebra (Suíça), em 1970. Reafirmou-se, nesta oportunidade, o acordo cristológico, que também foi estendido às *vontades e energias divinas e humanas em Cristo* e, inclusive, além da doutrina cristológica: a liturgia, a espiritualidade, a prática canônica, a compreensão da Santíssima Trindade, a natureza da Igreja, os sacramentos. Os participantes manifestaram seu fervoroso desejo de consumir a união plena das “duas linhas de tradição”, com o objetivo de celebrar juntos a comum Eucaristia num futuro próximo.

Um tema que mereceu especial atenção foi o significado e o lugar dos Concílios. Para os teólogos da Igreja Ortodoxa, a coerência interna dos sete Concílios ecumênicos asseguram a sua unidade de conjunto, enquanto que para os ortodoxos orientais, a tradição cristológica autêntica estava mantida apenas nos três primeiros Concílios e na tradição litúrgica e patrística da Igreja. Ambos, porém, concordavam em considerar os Concílios como “acontecimentos carismáticos na vida da Igreja” mais do que uma autoridade acima dela, e nos quais era necessário distinguir as suas respectivas definições doutrinárias da sua legislação canônica. Outra dificuldade referia-se aos mestres (pessoas canonizadas, santas) de uma família de igrejas que tivessem sido condenados ou anatematizados por outras (Leão, Dióscoro, Severo, etc.). Ficou acordado que não seria necessário que tais canonizações fossem reconhecidas pela outra parte, ou que os anátemas sobre tais pessoas fossem levantados formalmente, embora a restauração da comunhão necessariamente implicasse em que esses anátemas e condenações já não teriam mais efeito. Recomendou-se ainda uma série de iniciativas práticas tais como: visitas recíprocas, estudos teológicos, publicações, consultas teológicas locais etc.

A quarta e última reunião não oficial teve lugar em Adis Abeba (Etiópia), em 1971, e centrou sua atenção na questão do levantamento dos anátemas e no reconhecimento dos santos de ambos os lados. Considerou-se a suspensão dos anátemas um passo decisivo no caminho da unidade e do restabelecimento da comunhão entre a Igreja Ortodoxa e as Igrejas Ortodoxas

Orientais, como resultado da unidade essencial na fé. Surgiram algumas questões sobre como poderia se dar tal suspensão, se através de uma declaração, uma cerimônia formal ou, ainda, se seria mais conveniente que se desse de modo gradual e discretamente. E, ainda, quem teria autoridade para fazê-lo?

Tal ação suporia colocar em dúvida a infalibilidade da Igreja? Ficou acordado que cada Igreja adotaria o procedimento que melhor se adequasse à sua situação particular. A Igreja teria autoridade para levantar os anátemas, e isso não comprometia sua infalibilidade em questões essenciais da fé. De qualquer modo, o levantamento dos anátemas deveria se dar após cuidadoso exame das pessoas condenadas e das circunstâncias que levaram a tal condenação. As Igrejas não eram obrigadas a reconhecer as canonizações por outras igrejas de seus anátemas, até porque as diferentes Igrejas Autocéfalas têm efetivamente seus próprios calendário e sinaxário.

Sentiu-se a necessidade de promover a formação para as Igrejas e seus respectivos membros. Este processo incluiria o uso de revistas teológicas e outros meios para a preparação pastoral do povo, bem como a revisão dos livros de História da Igreja, manuais teológicos etc.

O diálogo oficial

Depois de duas décadas, as Igrejas finalmente estabeleceram uma Comissão Conjunta para o Diálogo Teológico oficial, que se reuniu pela primeira vez em Chambésy (Suíça), em 1985.

Foi também estabelecida uma Subcomissão com a tarefa de preparar textos comuns. Este organismo se reuniu pela primeira vez em Corinto (Grécia), em 1987, para tratar dos problemas terminológicos entre ambas as tradições, especialmente termos como *physis*, *ousia*, *hipóstasis* e *prósopon*, usados com sentidos diferentes em cada uma das tradições e até mesmo no interior de uma mesma tradição. Verificou-se que as Igrejas calcedonianas usavam o termo *hipóstasis* para se referir ao conceito para o qual as igrejas não calcedonenianas preferiam o termo *physis*. Ambas as partes pareciam concordar no caráter hipostático da união do humano e do divino no único Cristo para a salvação da humanidade. A bem-aventurada Virgem Maria poderia ser chamada de *Theotokos*. Pôs-se em relevo quatro atributos desta união como um terreno comum: “sem-confusão”, “sem-mudança”, “sem-divisão”, “sem separação”.

A segunda reunião da Comissão conjunta teve lugar em Wadi El-Natroun (Egito) em 1989, com a presença de 23 participantes. O resultado mais importante desta reunião foi uma Declaração Conjunta em que se apresentaram as conclusões das consultas prévias para a consideração de maneira oficial:

- A “única tradição e fé apostólica” foi herdada por ambas as famílias de igrejas. Ambos rezam e confiam a Deus a restauração da plena comunhão, tendo esta fé como base.
- A fórmula de São Cirilo de Alexandria é o terreno comum entre as duas

tradições: Deus é uma *ousia* em três *hypostasis* ou *prósopa*.

- O *Logos*, eternamente consubstancial ao Pai e ao Espírito Santo, encarnou-se pelo Espírito Santo na bem-aventurada Virgem Maria, a *Theotokos*, para a nossa salvação. Ele é verdadeiro Deus e verdadeiro homem em uma *hypóstasis* composta.
- As heresias nestoriana e eutiquiana foram condenadas.

O acordo entre as duas famílias de igrejas não apenas faz referência à cristologia, mas ao conjunto da fé da Igreja indivisa dos primeiros séculos.

A mesma cidade sediou a segunda reunião da Subcomissão Conjunta em 1990. Os participantes expressaram sua felicidade por compartilhar a mesma fé, apesar das incompreensões mútuas no passado, e que ainda constituíam reconhecidamente obstáculos à restauração da plena comunhão. Também expressaram seu desejo de que o diálogo teológico produza bons frutos e não fique somente no campo teórico. Só o amor e um sincero desejo de unidade poderá completar o que falta nas relações entre as igrejas.

A Subcomissão identificou duas áreas principais que precisavam de atenção especial: a relação entre as duas famílias de igrejas e a relação com o “mundo exterior”.

No mesmo ano de 1990, realizou-se uma terceira reunião da Comissão Conjunta no Centro Ortodoxo do Patriarcado Ecumênico, em Chambésy (Suíça) que contou com a presença de 34 participantes. Discutiu-se nesta oportunidade sobre assuntos relacionados às formulações dogmáticas e aos anátemas dos Concílios Ecumênicos, os fatores históricos do Concílio de Calcedônia, a terminologia e a interpretação dos dogmas cristãos na época atual. Uma segunda Declaração Conjunta foi assinada ao final deste encontro contendo a essência do que havia sido tratado no encontro anterior, mas também sublinhando ainda os seguintes pontos:

- As duas famílias de igrejas condenaram o *criptonestorianismo* de Teodoreto de Ciro.
- As duas famílias de igrejas rejeitaram as interpretações dos Concílios que não estavam plenamente em conformidade com as decisões do Concílio de Éfeso e a carta de Cirilo de Alexandria a João de Antioquia (433).
- Cada Igreja manteria legitimamente sua própria terminologia.
- As duas famílias de Igrejas afirmaram a plena aceitação dos três primeiros Concílios como ecumênicos. Os outros quatro Concílios também foram considerados ecumênicos pelos ortodoxos, porque aprofundavam a compreensão da fé; os ortodoxos orientais reconheciam que esta também era a sua interpretação. A veneração dos ícones, aprovada no II Concílio de Niceia (787), também estava em conformidade com o ensino e a prática dos ortodoxos orientais.

A Comissão Conjunta reuniu-se pela quarta vez em Chambésy (Suíça) em 1993. Neste encontro, a questão da suspensão dos anátemas foi formulada

em uma série de propostas. Deveria se dar de forma unânime e simultânea por todos os líderes das Igrejas de ambas as tradições, supondo a imediata restauração da plena comunhão, e nenhuma condenação do passado teria mais efeito. Seria necessário acordar sobre um catálogo dos *Dípticos* dos chefes das Igrejas e as questões de jurisdição eclesiástica ficariam à cargo das autoridades de cada Igreja Local.

Depois de alguns anos de aparente inatividade, em 2014, um grupo de trabalho reuniu delegados da Igreja Ortodoxa e da Igreja Ortodoxa Oriental, em Atenas, para revisar as realizações da Comissão Conjunta até aquele momento e avaliar as críticas teológicas. Enfatizaram ainda a necessidade de informar ao povo, aos monges e ao clero das diferentes igrejas sobre o andamento e avanços do diálogo.

Reações

A primeira reação oficial às reuniões foi uma declaração da Igreja Ortodoxa Copta, em 1990, em que aceitava as Declarações Conjuntas emitidas.

Outra declaração foi publicada pelo Santo Sínodo da Igreja Ortodoxa de Antioquia, em 1991, tratando da relação desta Igreja com a Igreja Siro-Ortodoxa. O Sínodo expressou o desejo de que pudesse haver entre as duas tradições uma cooperação mais estreita e a adoção de regras pastorais relativas a questões de status pessoal (matrimônio, divórcio, adoção), uso de instalações eclesiais etc.

Outra resposta positiva veio do Santo Sínodo da Igreja Ortodoxa Romena que, em 1994, aprovou as conclusões do diálogo e decidiu levar em conta as circunstâncias especiais em que ocorreram os anátemas de Calcedônia e o novo contexto. Ademais, declarou que o equivalente à autoridade canônica do Concílio de Calcedônia poderia ser representada no atual contexto pelo consenso das Igrejas organizadas em concílios locais.

Contudo, nem todas as reações foram igualmente positivas. Em 1994 e 1997, o Santo Sínodo da Igreja Ortodoxa Russa emitiu comunicados no qual expressava que a segunda Declaração Conjunta da Comissão não poderia ser considerada como um texto suficiente para o restabelecimento da plena comunhão, pois continha o que foi chamado de “ambiguidades em algumas formulações cristológicas”. No entanto, o Sínodo apreciava o espírito de fraternidade e mútua compreensão que orientou o trabalho da Comissão, que deveriam, em todo caso, prosseguir.

Finalmente, no ano de 2001, chegou-se a um acordo pastoral entre os Patriarcados Ortodoxo Grego e Copta de Alexandria. As duas Igrejas afirmavam sua aceitação dos resultados do diálogo, incluindo as duas Declarações Conjuntas, e decidiam reconhecer mutuamente o Sacramento do matrimônio realizado nestas Igrejas, bem como, declaravam aceitar administrar os outros sacramentos às famílias compostas por membros das duas Igrejas.

Conclusões

A análise dos documentos oficiais emitidos pelos Concílios, Sínodos ou Comissões não nos dá uma visão completa da situação. Muito se tem conseguido através de contatos pessoais entre os fiéis, especialmente em uma área como o Oriente Médio, onde os fiéis das diferentes igrejas precisam conviver e enfrentar juntos os mesmos desafios. Este diálogo amistoso e informal não pode, contudo, apagar de uma só vez as diferenças dogmáticas entre as igrejas, e como cristãos ortodoxos não podemos subestimar os dogmas. Ortodoxia e *ortopraxis* devem caminhar de mãos dadas. A Igreja Ortodoxa não é uma igreja “democrática” na qual o conteúdo da fé possa ser alterado por votos de maioria.

Por isso, o diálogo teológico entre a Igreja Ortodoxa e as Igrejas Ortodoxas Orientais é tão importante. Os membros da Comissão Conjunta proporcionaram às igrejas importantes documentos que provam que as duas famílias eclesiais, na verdade, professaram a mesma fé ao longo dos séculos e que a separação ocorrida no século V deveu-se principalmente a questões terminológicas. Agora estas igrejas têm um desejo comum de unidade.

Nós, cristãos ortodoxos, temos grande preocupação com a pureza de nossa fé. Tal preocupação é indissociável da defesa dos sete Concílios Ecumênicos. O que tentamos mostrar neste ensaio é que a fé dos Concílios Ecumênicos não é absolutamente posta em risco nas conclusões da Comissão Conjunta. Não precisamos “trair Calcedônia”, e não o faremos, porque este Concílio expressa claramente nossa cristologia ortodoxa. Nem por isso precisamos temer as Igrejas não-calcedonianas que, como nós, creem na união hipostática das naturezas divina e humana no único Senhor Jesus Cristo. O diálogo teológico com nossos irmãos ortodoxos orientais não põe em risco “Calcedônia”, mas lança luz sobre as circunstâncias que justificaram este Concílio e elucida porque foi rejeitado por uma parcela considerável da Igreja de Deus.

BIBLIOGRAFIA

- Baumer, Ch. (2006), *The Church of the East. An Illustrated History of Assyrian Christianity*. Nova York: I.B. Tauris.
- Cannuyer, Ch. (1990), *Les coptes*. Turnhout: Brepols.
- Farrington, P. (2010), *Orthodox Christology*. Londres: The Oriental Orthodox Library.
- Farrugia, E. (dir.) (2007), *Diccionario enciclopédico del Oriente Cristiano*. Burgos: Monte Carmelo.
- Iwas, I.Z. (2008), *The Syrian Orthodox Church of Antioch at a Glance*. Damasco: Bab Touma Press House.
- Ware, T. (1997), *The Orthodox Church*. Londres: Penguin.
- Zaki, M.S. (2005), *Histoire des coptes d'Égypte*. París: Éditions de Paris.